

# Editorial

## CRISE LEGISLATIVA

# Desafio ao avanço da democracia

O DESCOMPASSO ENTRE o Senado e a opinião pública envolve implicações mais profundas do que a circunstancial perda da credibilidade e do leme. Do que o boicote articulado pela oposição para induzir o afastamento do presidente Renan Calheiros. Do que as manobras de Renan para concluir o trabalho sigiloso dos 46 aliados.

O descompasso reforça a necessidade de aperfeiçoamento dos mecanismos democráticos, antes que tornem a culpar a democracia pela traição do interesse público. Ao contrário do que se argumentou – por vergonha, sarcasmo ou criminosa ignorância, não faz diferença – o rompimento com o Brasil real condena a saúde democrática de um país refém de mensaleiros, sanguessugas e seus tantos comparsas.

Democracia exige respeito e entendimento. Respeito à vontade popular, acima de regimentos, oportunismos, conchavos. Entendimento das responsabilidades que a mantêm de pé. O Senado de Renan Calheiros desprezou ambos. É preciso construir um outro Senado. Agora, para estancar a sangria de representatividade. E, mais tarde, para bem agir nas urnas.

A primeira etapa depende da disposição dos parlamentares para corrigir o prumo desalinhado pelo vergonhoso indulto. Para deixarem de ser menos suscetíveis à pressão popular do que ao vulgar jogo de compensações.

A segunda etapa depende do amadurecimento do voto. Como se viu, o custo do erro é enorme.

O realinhamento da Casa com o papel representativo impõe logo dois testes: a consumação de mais uma tentativa de acabar com o voto secreto e a imediata retomada das atividades. Acima de testes, revelam-se compromissos adiados pelo eterno apelo dos interesses particulares.

Útil para preservar a autonomia do eleitor, o voto secreto torna-se afronta à cidadania quando serve de escudo para trair os desejos sociais sem o risco da prestação de contas. O melhor dos mundos para corruptos e maus políticos.

Em 2003, os senadores tiveram a chance de acabar com o sigilo. Preferiram mantê-lo. No ano passado, deputados repetiram a dose: muita retórica, nenhuma mudança. É gritante o parentesco com tratamento dispensado a reformas essenciais, como a política e a trabalhista: há décadas, só fazem barulho e água.

Obrigado a fabricar uma satisfação – um consolo, talvez – ao cidadão, o Senado ressuscita a proposta de emenda constitucional há um ano na gaveta. O autor, Paulo Paim, está confiante. Garante que desta vez será diferente, embora as peças e o jogo se mantenham praticamente idênticos.

## Transparência nunca foi prato familiar ao banquete das votações

Transparência, convém lembrar, nunca foi prato familiar ao banquete das votações. Os comensais preferem a luz apagada.

O outro compromisso insinua-se mais grave, mais difícil e mais urgente. À espera de acordos incertos e cicatrizações, a retomada da rotina legislativa é insuficiente para restituir a confiança dos brasileiros já céticos em relação ao poder. Tal missão requer, além de consideração soberana à vontade social, uma produtividade compatível ao pacto eleitoral e ao custo expressivo. O Senado Federal consome, por ano, mais de R\$ 2,6 bilhões, um dos mais caros do planeta. Vota relativamente pouco. Ou melhor, pouco produz em benefícios para o contribuinte afogado na carga tributária equivalente a 32,4% do PIB.